

CONFERÊNCIA

BALANÇO SOBRE A HISTÓRIA RURAL PRODUZIDA EM PORTUGAL NAS ÚLTIMAS DÉCADAS*

*Maria Helena da Cruz Coelho***

Resumo

Esta conferência apresenta um balanço da história rural portuguesa, com ênfase nas décadas posteriores à Revolução de Abril (décadas de 1970, 1980 e 1990). Para tanto, recupera a produção historiográfica desde o final do século XIX, para afrontar o surgimento, a partir das décadas de 1950 e 1960, de trabalhos afinados com a Escola Francesa que vão estar na raiz da renovação dos estudos agrários das décadas de 1980 e 1990. Finaliza com considerações acerca do futuro destes estudos em Portugal, tendo em vista as transformações sofridas pelo seu meio rural com a União Européia e as exigências da economia contemporânea.

Palavras-chave: Historiografia Rural; Portugal.

Perfilho a posição de que o historiador é, no geral, um homem comprometido com o seu tempo. Ou dito pelas palavras de Michel Certeau, recolhidas na compilação *A Nova História*, “quer se queira, quer não, o trabalho histórico inscreve-se no interior (e não fora) das lutas socioeconômicas e ideológicas”.¹

A Revolução de Abril repercutiu-se na história que se faz e fez em Portugal. Nas temáticas, nas metodologias, nas cronologias, nas interpretações.

* Conferência proferida na Aula Inaugural do Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias da Universidade Federal de Goiás, 1997.

** Professora Catedrática da Faculdade de Letras de Coimbra

Redimensiona-se a história econômica e social, caminha-se para a história das mentalidades, entrecruza-se o saber histórico com o de outras ciências sociais e humanas. Estende-se a investigação, com grande candência, aos olvidados séculos XIX e XX, séculos de revoluções e amplas mutações políticas e polêmicas ideológicas. Desconstroem-se velhos mitos da história pátria.

Filha desse tempo, em que se vivia a acesa polêmica da reforma agrária, das cooperativas agrícolas, das apropriações dos baldios, é assim a história rural que se produz essencialmente na década de oitenta. Nela convergindo, igualmente, toda a experiência estrangeira, especialmente a francesa, de uma história agrária que, de quantitativa e serial, progrediu para uma história total, mas modelizada geo-historicamente no espaço regional, que se vai abrindo, sucessivamente, a temáticas cada vez mais abrangentes, sugeridas pela antropologia e sociologia históricas.

Não se trata, porém, de um fruto novo, abrupto, inédito. Tem raízes variadas. Mas adquire, sem dúvida, uma nova feição, modelada pela interação entre presente e passado, que sempre percorre a construção histórica.

As raízes pode-las-íamos buscar em tempos mais longínquos ou mais próximos. Começemos pelos mais remotos.

Por entre finais do século passado e início deste, a par da privilegiada história política e institucional, alguns assomos precoces de uma história econômica e social se entreviram.² Assim aconteceu com as obras de Alberto Sampaio, *As vilas do norte de Portugal* (1905-1908) e *As póvoas marítimas* (1893-1895), em que emergia a problemática da geografia do povoamento, das formas de propriedade e de aspectos vários do mundo rural, ou, com esse outro livro de Costa Lobo, *História da sociedade em Portugal no século XV* (1903), em que o seu autor nos dá a conhecer múltiplas facetas sociais e econômicas dessa época histórica, desde a população, na sua caracterização demográfica e social, aos pesos e medidas, preços, moeda e haveres individuais. E mesmo um erudito historiador das instituições como foi Henrique da Gama Barros, na sua magna obra *História da administração pública em Portugal* (1885-1922), não deixa de dedicar certos tomos à população, à economia ou à sociedade, até bem mais completos que os da própria administração, que não chegará a completar em toda a sua

amplitude. Por sua vez pensadores como Antônio Sérgio ou Jaime Cortesão, na exposição das suas teses e na abrangência das suas sínteses, levantaram novos véus à reflexão socioeconômica sobre a História de Portugal.³

Mas depois destes alvares que prometiam, a máquina do Estado Novo e os seus ideólogos repuseram como temas centrais do travejamento histórico a formação da nacionalidade e o passado de certas instituições medievais, a epopéia dos descobrimentos ou o movimento patriótico da Restauração.⁴

Todavia, a década de 1950-1960 anuncia alguma renovação e arejamento, nela se conjugando a interdisciplinaridade com o aparecimento de obras vocacionadas para diferentes temáticas ou imbuídas de novas metodologias.

Os ensinamentos de etnógrafos como Leite de Vasconcelos, de filólogos como Rodrigues Lapa e Lindley Cintra, de geógrafos como Orlando Ribeiro⁵ começam a não ser indiferentes aos historiadores, que lentamente se apercebem da dimensão da história como ciência humana e social e da sua íntima relação com todas as outras que giram em torno do homem como ser social. Um destaque especial merecem os estudos dos etnólogos Jorge Dias e Fernando Galhano que dão a conhecer as alfaías agrícolas tradicionais portuguesas.⁶ E é ainda Jorge Dias que nos oferece os estudos clássicos sobre as ancestrais tradições comunitárias do Portugal transmontano, nas obras *Vilarinho das Furnas, uma aldeia comunitária* (1948) e *Rio de Onor. Comunitarismo agro-pastoril* (1953).

A história econômica, de caráter embora erudito e descritivo, emerge, de novo, na paleta dos temas historiográficos – no seguimento de historiadores como Pirenne ou Charles Verlinden, entre outros – sobretudo nas obras de Virgínia Rau, em especial os seus trabalhos sobre o comércio do sal, as feiras, mas também as sesmarias.⁷ E esta influência da historiografia estrangeira patenteia-se mesmo em historiadores tradicionalistas como Torquato de Sousa Soares, que atenta no desenvolvimento do comércio e dos burgos, ou em Avelino de Jesus da Costa que, na sua tese de doutoramento sobre a diocese de Braga, no século XI, durante o bispado de D. Pedro, apresenta páginas muito inovadoras, e ainda hoje atuais, sobre demografia, produções e rendas agrícolas pagas à Igreja.⁸

Não era ainda o desejado vento da mudança. Basta lembrar que em França, na década de 1930-1940, depois da Grande Guerra, a história se renovava sob a influência da ideologia marxista e do nascimento da revista *Annales*. Nascia um novo espírito de investigação que fazia apelo a outras disciplinas, da geografia à sociologia e economia, e não se confinava ao documento escrito nem à história descritiva, mas se abria à história-problema e à reflexão sobre as grandes crises.⁹

Obras de Ernest Labrousse sobre o movimento dos preços e a crise econômica do Antigo Regime inauguravam uma nova história quantitativa e serial. História que procurava compreender as estruturas da sociedade, analisando as relações de produção, rendas e salários, atentando no jogo das hierarquias sociais, abrindo-se ao coletivo dos grupos e classes, como jogo histórico, e negando-se ao atomismo de campos específicos, em nome de uma história total e global, atravessada por todos os principais fenômenos econômicos, sociais e culturais.

Marca maior nas gerações vindouras deixou a obra de Fernand Braudel, *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II* (1949). Inaugura-se uma geo-história, descobrindo-se a relação entre espaço e tempo e o diálogo complexo dos ritmos braudelianos da longa e curta duração, do tempo muito longo da relação do homem com o meio, do ritmo lento das civilizações e sociedades e do tempo curto do acontecimento.

Essa nova história econômica, influenciada pela escola dos *Annales* e por esse mestre que foi Braudel, surgirá, entre nós, justamente com as obras de Magalhães Godinho, em especial *A economia dos descobrimentos henriquinos* (1962) e *Os descobrimentos e a economia mundial* (1963-71), apontando para uma análise de complexos histórico-geográficos, uma história total, privilegiando os métodos quantitativos e seriais, que então renovavam a investigação histórica. Muitos serão, depois, os seus discípulos, que dinamizarão a história econômica das épocas moderna e contemporânea.

A par deste arejamento da historiografia portuguesa, promissor de boas colheitas, não devemos esquecer o esforço de atualização nos conhecimentos que o *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão, e iniciado em 1961, se propunha, compilando artigos temáticos, bem atualizados, da autoria dos melhores especialistas. Em consentâneo, sentia-se também a influência do pensamento de certos

autores de formação marxista que desenvolviam as suas teorias interpretativas na análise de vários aspectos da problemática histórica, tais como Armando Castro nos seus vários volumes sobre *A evolução econômica de Portugal dos séculos XII a XV* (1964-70); António Borges Coelho, com as suas obras *A Revolução de 1383* (1965) e *Comunas e concelhos* (1973); ou mesmo Álvaro Cunhal com o trabalho *As lutas de classes em Portugal nos fins da Idade Média* (1975).

Foquemos agora mais de perto a história medieval e mesmo a história rural,¹⁰ apresentando dois grandes mestres que formaram escola e um largo discipulado, criadores de novos corpos de mestres e discípulos.

Oliveira Marques publica em 1962 a *Introdução à história da agricultura em Portugal: a questão cerealífera na Idade Média*, estudo que será a obra-mãe da história rural portuguesa. Aí são minuciosamente analisadas as condições, as áreas e os meios de produção, a circulação e distribuição interna e externa, as técnicas comerciais, a panificação, os preços e o consumo, as crises dos séculos XIV e XV. Dois anos depois dá à estampa *A sociedade medieval portuguesa*, obra muito precoce para a sua época, que desperta a sensibilidade histórica para o quotidiano, e a multidimensionalidade da vida social, desenhando nos quadros sobre a mesa, o traje, a casa, a higiene e saúde, o trabalho, ou mais íntimos sobre o afeto, a crença, a cultura, as distrações e a morte. Ainda nesse mesmo ano de 1964 publica o seu precioso *Guia do estudante de História Medieval*, em que nos apresenta bibliografias temáticas, nos abre as portas de arquivos, desvendando-nos a riqueza do seu espólio documental, incentivo à investigação e bússola norteadora na complexidade dos seus meandros. Em 1965, compila alguns dos seus estudos sobre população, estratificação social, comércio e moeda, na obra *Ensaio de História Medieval portuguesa*, que aponta diversas pistas na abordagem da história econômica e social. Finalmente, em 1972, oferece-nos uma primeira síntese atualizada da nossa *História de Portugal*.

José Mattoso, por sua vez, afirma-se, significativamente, no campo da historiografia portuguesa com a publicação, em 1957, da sua monografia *L'abbaye de Pendorada des origens à 1160*, modelo de tantos outros trabalhos sobre casas monásticas, em que, a par da vida espiritual e interna da comunidade, é também estudado o patrimônio da

instituição, seu aproveitamento e modo de exploração, capítulos obrigatórios de tantas histórias rurais. Na sua tese de doutoramento, apresentada em 1968, analisa, mais abrangentemente, *Le monachisme ibérique et Cluny. Les monastères du diocèse de Porto de l'an mille à 1200*, sendo aí mais significativa a novidade na temática religiosa, mas onde não são, todavia, esquecidos aspectos da vida material das funções, atividades e quotidiano dos monges. Com estes dois trabalhos pioneiros arranca, com longa e pujante vida, a história monástica em Portugal. E é justamente a partir dos mosteiros que José Mattoso, atentando nos seus fundadores e padroeiros nobres, envereda pelo caminho do estudo da nobreza, na amplitude dos seus laços de família e parentesco, riqueza fundiária, poder, funções e mentalidade. Muitos serão os discípulos que se deixarão atrair por estes estudos da nobreza, nos quais a história social e mental convoca os conceitos e métodos da etnologia, antropologia e sociologia, para mais amplamente redimensionar o passado de um grupo e de uma sociedade. Inevitáveis serão as inter-recorrências com a história econômica, no desenho de uma economia senhorial, nas suas características, funcionamento e abrangência espacial, tema igualmente de reflexão deste estudioso, que o levará depois a confrontar um Portugal senhorial com um Portugal concelhio de uma outra natureza, raiz e espacialidade.

Os ensinamentos destes Mestres, os eventos políticos, a abertura ao exterior e a renovação da Universidade foram fermentando longamente na década de 1970 para dar os esperados frutos nos anos 1980, mormente no campo da história rural, que será a especialidade em que doravante nos deteremos.

Se a Revolução de Abril é de todos conhecida, não será de esquecer que a mesma teve largas implicações no setor universitário. Recriada na década de 1960 a Faculdade de Letras do Porto, nascida depois da Revolução a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas que integra a Universidade Nova de Lisboa, e mantendo-se as clássicas Faculdades de Letras de Coimbra e Lisboa, assiste-se, em todas elas, a uma lufada de ar fresco com a entrada de jovens monitores e assistentes, com a afirmação de uns quantos que nelas haviam ingressado algum tempo antes, com o retorno de professores exilados no estrangeiro, com a remodelação dos planos curriculares, com a abertura da investigação, a novas áreas, períodos e metodologias. E será justamente no âmbito

das Universidades e dos Centros de Investigação, ligados ao INIC, na maior parte dos casos nelas sediados, que, num sentido de escola, com mestres e discípulos, se darão os passos mais significativos na docência e investigação.

A história rural afirma-se como domínio de preferência dos anos 1980, com alguns antecedentes na década anterior. E recolhe todos os ensinamentos que vinham da Escola Francesa, onde imperavam os trabalhos que abordavam a temática num quadro regional – dando a conhecer o Beauvais, a Provença, a Catalunha, o Languedoc – abandonando as grandes sínteses e o espaço nacional. É justamente entregue na Sorbonne, em 1964, uma tese de doutoramento da autoria de Albert Silbert que particulariza o espaço de *Le Portugal Méditerranéen à la fin de l'Ancien Régime*,¹¹ da maior importância na historiografia portuguesa, onde se analisam a Beira Baixa e o Alentejo, na dialéctica das suas culturas e da criação de gado, demorando-se na reconstituição da sociedade e do coletivismo agrários. Em muitos destes trabalhos da Escola Francesa privilegia-se, então, a demografia histórica, procura-se explicar a sociedade, na longa duração, atentando na sua estruturação e fazendo emergir o papel do campesinato e o alcance dos movimentos populares. Criam-se modelos interpretativos de crescimento-depressão, e de recuperação-equilíbrio e prevalece uma explicação neomalthusiana, que põe a tónica na relação entre população e subsistência, procurando detectar os impulsos e as quebras, mesmo numa sociedade aparentemente estacionária na longa duração. Em França, a evolução caminhará para a permeabilização da história rural à antropologia histórica, sociologia e outras ciências sociais, abrindo-se ao estudo da sociabilidade, dos comportamentos coletivos (violência, doença, morte, casamento, família), do costume, da cultura popular. Já nos Estados Unidos da América se assiste a uma revitalização da história quantitativa, até com métodos atuais, consagrando-se uma *New Economic History*.

Em Portugal prevalece, na maioria dos historiadores, a influência da Escola Francesa. Os grandes trabalhos – sobretudo teses de doutoramento – vão ter por base de análise ou uma instituição religiosa – as mais ricas em documentação – ou uma região. Assim, em 1979, Aurélio de Oliveira apresenta à Faculdade de Letras do Porto uma tese sobre *A Abadia de Tibães – 1630/80-1813: propriedade, exploração e*

produção agrícola no Vale do Cávado no Antigo Regime, onde os ensinamentos da história quantitativa e serial estão ainda muito presentes, na análise de preços, produções, consumos e salários. Ainda que apresentada em França em 1980, a tese de Robert Durand incide sobre a história rural portuguesa abordando *Les campagnes portugaises entre Douro et Tâge au XIIIe e XIIIe siècles*,¹² nela se dando um grande relevo à espacialidade e enquadramento dos homens e aos comportamentos coletivos. E para o período medieval não se pode esquecer a influência que um historiador espanhol, como Garcia de Cortázar, teve entre nós, sobretudo a partir da sua obra metodológica, *História rural medieval*,¹³ propondo um esquema de análise de base regional que percorresse as etapas da ocupação do espaço, da exploração do espaço ocupado, da ordenação do poder de disposição sobre o espaço explorado e por fim a relação entre a sociedade rural e a sociedade englobante.

Na seqüência cronológica da produção historiográfica, que não é menos das várias linhas de influências, apresenta-se a minha própria tese de doutoramento, defendida em 1983, versando sobre *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*.¹⁴ Perspectivada a partir de uma região, que nos pareceu bastante coerente e específica, no diálogo da terra com um rio e do campo com uma cidade, analisaram-se os momentos de mais funda depressão ou de lenta recuperação que marcaram um tempo longo de crise; caracterizou-se a economia senhorial dominante, nos vetores da propriedade, atividades produtivas, rendas e circulação dos bens; focaram-se os diversos níveis de poder – régio, senhorial, concelhio – que a atravessaram, para finalmente conhecermos os seus ocupantes, os camponeses, nas suas hierarquias, nos traços do seu viver quotidiano e nas suas tensões sociais.

Logo no ano seguinte Iria Gonçalves apresenta uma tese de doutoramento igualmente sobre história rural, mas a partir do quadro institucional do grande mosteiro cisterciense de Alcobaça.¹⁵ Fixando-se essencialmente nos aspectos económicos e não sociais, percorre a construção do domínio, a política de exploração dos bens, a gestão financeira e o alcance da organização senhorial daquela casa monástica.

Como que no cruzamento das problemáticas da produção agrícola – circulação, distribuição, comercialização e consumo dos gêneros – se centra a tese de doutoramento de Joaquim Romero de Magalhães, apresentada nesse mesmo ano de 1984 à Faculdade de

Economia de Coimbra, sobre *O Algarve econômico, 1600-1773*.¹⁶ Já antecedida de uma obra bem pioneira para o seu tempo, primícias do discipulado de Magalhães Godinho, que foi a sua dissertação de licenciatura, publicada em 1970, *Para o estudo do Algarve econômico durante o século XVI*.

Precedendo estes trabalhos maiores ou seus contemporâneos, algumas dissertações de mestrado ou artigos e comunicações de natureza vária acompanharam o desenvolvimento de diversas facetas da história rural. Assim eu própria, ao estudar, na minha monografia de licenciatura, defendida em 1971, *O Mosteiro de Arouca do século X ao século XIII*,¹⁷ não deixei de analisar o patrimônio da instituição, desde os seus modos e ritmos de aquisição, os seus componentes, a exploração do domínio, bem como o meio rural envolvente. Já Ana Maria Rodrigues se voltou para a análise de uma colegiada, estudando, para a sua dissertação de mestrado, apresentada na Sorbonne em 1981, *La collégiale de S. Pedro de Torres Vedras (fin XIIIe – fin XVe siècles). Étude économique et sociale*, a constituição do seu domínio, o seu aproveitamento agrícola e as rendas dele auferidas, tema que depois particularizou em alguns outros trabalhos. No Porto, Luís Carlos Amaral detinha-se na sua dissertação de mestrado, em 1987, sobre *São Salvador de Grijó na segunda metade do século XIV: estudo de gestão agrária*,¹⁸ mosteiro possuidor de fontes – aliás publicadas anteriormente pelo mesmo estudioso – que permitiram fazer um balanço dos ingressos e gastos da instituição. São também da sua autoria alguns outros artigos sobre a propriedade imobiliária do concelho do Porto, os prazos da câmara e do cabido portuenses ou o patrimônio fundiário da Sé de Braga, em diferentes épocas cronológicas.

Entretanto, o espaço alentejano e o alcance do patrimônio e administração de instituições outras, de natureza assistencial, eram analisados na dissertação de mestrado, apresentada em Lisboa, em 1986, pelo Dr. Bernardo Vasconcelos e Sousa sobre *A propriedade das albergarias de Évora nos finais da Idade Média*.¹⁹ Ainda na mesma Universidade Nova de Lisboa era defendida, em 1989, outra monografia sobre uma instituição religiosa, desta vez *O Mosteiro de Santa Maria da Vitória no século XV*,²⁰ da autoria de Saul António Gomes, em que a economia senhorial da casa é minuciosamente estudada em relação à comunidade conventual, para além do enquadramento político-administrativo do meio social e humano em que se inseria. E seria longo

enumerar tantos outros estudos destes historiadores já citados, ou de muitos outros, em que foram iluminadas particularidades de unidades agrícolas, culturas e produções, rendas e rendimentos, efeitos de recessão no mundo rural, aspectos da contestação e resistência do campesinato e do seu viver quotidiano, ou desenharam o *facies* de certas vilas e aldeias rurais, como, entre outras, Paços de Ferreira,²¹ Santa Maria da Feira²² e Esgueira.²³ Por sua vez, em 1990, era apresentada, na Faculdade de Letras de Coimbra, uma tese de doutoramento sobre *Propriedade fundiária e rendas da Coroa no reinado de D. Dinis: Guimarães*, que transpunha o ângulo de visão para o património régio e a sua política de povoamento e exploração da terra, permitindo, assim, algumas comparações com os senhorios eclesiásticos.

Importa referir que, enquanto a historiografia portuguesa progredia, na década de 80, por esta senda do ruralismo, abria-se igualmente ao lançamento da história urbana e à renovação do movimento e mundo concelhios. Logo muitos dos trabalhos sobre vilas e cidades – Guarda, Ponte de Lima, Guimarães, Óbidos, Sintra, Aveiro, Abrantes, Tomar, Setúbal, Beja, Alenquer, Porto, Santarém –²⁴ não deixam também de desenhar a ambiência do seu termo, que é essencialmente rural, alargando-se os horizontes para a dialética que se estabelece entre a cidade e o campo para as relações que os homens dos termos estabelecem com as elites dirigentes da sede concelhia. Bom exemplo destas interdependências económicas e sociais entre a cidade e o seu meio envolvente nos oferece Maria Ângela Rocha Beirante, na sua tese de doutoramento, apresentada em 1988, sobre *Évora na Idade Média*,²⁵ seguida da de Ana Maria Rodrigues, defendida na Universidade do Minho, em 1992, sobre *Torres Vedras. A vila e o termo nos finais da Idade Média*,²⁶ aqui claramente enfocando as paisagens, as atividades económicas, as estruturas sociais e de poder, no abrangente quadro espacial da vila torriense e seu dilatado alfoz.

Este último trabalho é já, como referimos, dos anos 1990, os quais, pelo menos na produção científica da sua primeira metade, se apresentaram com uma continuação, se bem que inovadora em certas temáticas, do anterior.

As monografias sobre instituições eclesiásticas, que sempre abordam os aspectos económicos, do seu património aos seus rendimentos, a par de outras contextualizações mais de natureza social

ou religiosa, continuam a produzir-se, quer para o período medieval, quer para o moderno. Para tempos medievos são-nos dados a conhecer o mosteiro e a colegiada de Guimarães, o mosteiro de Santa Maria de Oliveira, os mosteiros de S. Simão da Junqueira, de Santo Tirso, ou os mosteiros femininos de Celas, em Coimbra, Simide, nas suas redondezas, e Chelas de Lisboa,²⁷ que mais nos elucidam sobre a ambiência rural do Entre Douro e Minho da Beira litorânea e Estremadura. Do mestrado em História Moderna do Porto têm saído diversas teses sobre a região atlântica do Entre Douro e Minho, estruturadas a partir dos mosteiros de Bustelo, Bouro, Pedroso, Paço de Sousa, Santo Tirso, Ganfei, Garvoeiro, Miranda e Grijó,²⁸ que recortam os comportamentos agrícolas da produção e as oscilações dos rendimentos, a partir da exploração de abundantes dados quantitativos e seriais, em que é pródiga a Idade Moderna, permitindo já estudos comparados de certos conjuntos regionais nortenhos. No reverso da medalha salienta-se a posição dos rendeiros ou camponeses que detêm ou trabalham os bens dessas instituições. Assim, por exemplo, as análises, para a época moderna, dos rendeiros, enfiteutas e subenfiteutas do mosteiro de Pedroso.²⁹

A região centro foi objeto de uma tese de doutoramento, defendida em Coimbra por Maria Margarida Sobral Neto, intitulada *O regime senhorial, sociedade e vida agrária. O mosteiro de Santa Cruz e a região de Coimbra (1700-1834)* (Coimbra, 1991). Nela houve uma intenção de analisar, em tempo longo, o domínio territorial e jurisdicional do mosteiro crúzio, tantas vezes confrontado com outros senhores, mormente a Universidade, e sujeito a diversas conjunturas políticas, para se fixar muito particularmente na contestação anti-senhorial. Estudo que comparado com o meu próprio sobre a ambiência rural do Baixo Mondego permite entrever, em tendência longa, o enraizamento de certas práticas rurais e de alguns comportamentos do campesinato.

O património, a gestão agrária e as rendas das instituições eclesiásticas, dos mosteiros às Sés, das colegiadas às Ordens Militares, têm constituído, de fato, um enfoque privilegiado de análise.³⁰ Todavia, já com uma certa representatividade vão surgindo estudos que nos revelam o património da Coroa ou o de certos membros da família real – como o caso dos duques – e ainda da nobreza, seja na individualização de certas fortunas pessoais, ou na globalidade de certas casas, tal como

a de Bragança, estudos estes que nos dão a conhecer o domínio, as estratégias do seu aproveitamento e as rendas dos senhores leigos.³¹ Para depois, na época contemporânea, os trabalhos se centrarem sobre a mentalidade e a ação de empresários burgueses³² e analisarem os seus níveis de fortuna e estruturas patrimoniais, que melhor se conhecem para o Alentejo.³³

A conflituosidade, nas suas diversas causas – de reação à opressão senhorial ou de oposição à política e fiscalidade régias – e nas suas múltiplas manifestações ao longo dos tempos, constitui tema forte da historiografia portuguesa. As tensões e a resistência dos grupos sociais mais desprotegidos, em tempos medievos, foram analisados por historiadores como Baquero Moreno, Maria José Tavares e eu própria, entre tantos outros.³⁴ Alguns estudos deram, depois, um quadro sobre o estado de conflituosidade em tempos filipinos e no advento da Restauração, particularizando casos, como a contestação fiscal de Lamego e Porto em 1629 ou os levantamentos populares de Arcozelo em 1635, de Braga em 1635-37, no Algarve em 1637-38, no distrito de Portalegre em 1637-38 ou em Viana do Castelo em 1636. Para épocas posteriores foram analisados os motins populares no tempo de D. João V e os de Abrantes e Viseu em 1708 e 1710.³⁵

Já para a época contemporânea, a tese de doutoramento, de Irene Maria de Montezuma de Carvalho Mendes Vaquinhas, apresentada à Faculdade de Letras de Coimbra, sobre *Violência, justiça e sociedade rural. Os campos de Coimbra, Montemor-o-Velho e Penacova de 1858 a 1918* (Coimbra, 1990), nos coloca esta questão numa mais ampla abrangência. Essencialmente através dos processos judiciais conhecem-se as tensões, os conflitos, a violência e os delitos, no âmbito de algumas comunidades rurais da região de Coimbra, na segunda metade do século XIX e inícios do seguinte.

Mas ainda um mais vasto cenário, porque alargado a todo o país, nos oferece a tese de José Tengarrinha, defendida, em 1992, na Faculdade de Letras de Lisboa, sobre *Movimentos populares agrários em Portugal (1751-1825)*,³⁶ em que o autor, caracterizando socioeconomicamente os períodos curtos que pontuaram as centúrias de Setecentos e Oitocentos, se detém sobre as diversas motivações e concretizações dos movimentos populares que durante as mesmas ocorreram.

Têm sido mais os modernistas que nos últimos anos, em estudos vários, nos vão revelando aspectos específicos da paisagem agrária, especialmente relacionados com a difusão de certas culturas, tal como os ritmos de entrada e produção do milho, dito mais, vindo da América³⁷ ou da expansão da vinha e os ciclos do vinho, a nível do país ou em certas zonas, como o Entre Douro e Minho, e, muito particularmente, o caso do vinho do Douro e do Porto.³⁸ Aliás, neste preciso momento, está em curso um grande e interdisciplinar projeto na Faculdade de Letras do Porto sobre a região demarcada do Douro, que no seu *terminus* nos dará uma obra muito completa, a nível cronológico e temático, sobre a cultura da vinha da região.³⁹ As culturas extintas, como o linho, têm prendido essencialmente a atenção dos antropólogos.⁴⁰

Estreitamente relacionado com este tema das culturas estão os movimentos da produção e a problemática dos preços que, também sobremaneira, os modernistas têm abordado, certamente pela abundância das fontes quantitativas e seriais. Assim, Aurélio de Oliveira colheu bons índices de produção a partir das dízimas recolhidas ou estimadas para os séculos XVII e XVIII,⁴¹ enquanto Virgínia Coelho analisou os preços do azeite em Lisboa de 1626 a 1733.⁴²

Na dialética entre o *ager* e o *saltus*, os recursos florestais não deixaram de ser evidenciados, sobretudo por um investigador como Baeta Neves, que, para além de muitos estudos, nos facultou uma edição, em seis volumes, dos documentos das chancelarias régias que dizem respeito à *História florestal, aquícola e cinegética* (Lisboa, 1980-1990). Como outros autores não deixaram de insistir nas complementariedades que a caça e a pesca, da marítima à fluvial, oferecem à economia familiar ou, já num alcance mais vasto, a sua projeção numa economia de mercado.

Algumas macroanálises sobre a sociedade e economia agrárias, a nível local, têm continuado a produzir-se para a época moderna, a saber sobre Viseu entre 1550 e 1700, sobre a área a oriente do Guadiana de 1600 a 1640, sobre o conselho de Mourão no século XVII ou o de Mértola no século XVIII.⁴³ Os enquadramentos político-institucionais e socioeconômicos do mundo rural, em tendência longa, continuam também a despertar o interesse dos estudiosos, seja o do senhorialismo e feudalismo,⁴⁴ como depois o do liberalismo, da desamortização e do capitalismo ou, finalmente, o impacto do fenômeno da industrialização

e da Segunda Guerra Mundial na agricultura do nosso século XX.⁴⁵ Pouca atenção se tem prestado às leis ou às doutrinas. Ainda assim será de lembrar a obra de José Luis Cardoso sobre *O pensamento econômico em Portugal nos finais do século XVIII, 1780-1808* (Lisboa, Estampa, 1989) ou o artigo “Cortes constituintes e ordinárias de 1821-23”.⁴⁶

É tempo de terminar este balanço.

Hoje a história rural em Portugal parece mais cultivada, a nível do quantitativo de produções, produtividades, rendimentos e políticas de exploração agrária para as épocas moderna e contemporânea que para a época medieval. Os antropólogos apropriaram-se do estudo das técnicas e utensilagem agrícola. Os sociólogos penetraram no âmago das identidades populares de cultura, tradições, costumes e vida quotidiana. Daí retomarem-se velhos temas, como o fez recentemente Joaquim Pais de Brito, na obra *Retrato de uma aldeia com espelho. Ensaio sobre Rio de Onor* (Lisboa, Dom Quixote, 1996), percorrendo uma organização social de longínquo passado.

Certo é que o desenvolvimento de outros campos historiográficos da economia, como comércio e indústria, entronca muitas vezes com esta problemática, seja através do estudo dos circuitos, mercados e feiras, seja através da análise da protoindustrialização ou do efeito da industrialização no campo. A história urbana, que tanto se desenvolveu entre nós para a época medieval, sempre nos evoca a problemática do diálogo econômico e social entre a cidade e o seu termo, termo que é essencialmente de feição rural e penhor do abastecimento citadino.

A análise mais aprofundada dos diversos grupos sociais, das mentalidades, ideologias e vivências ilumina-nos, por analogia ou diferença, a identidade dos camponeses, lavradores, rendeiros ou demais trabalhadores da terra.

Igualmente a definição dos poderes locais, do senhorial ao concelhio, e o real alcance do poder régio na periferia dão-nos a conhecer os enquadramentos de mando que sobre os moradores das vilas e aldeias se exerce.

Não menos o conhecimento das culturas eruditas ou populares, do grau de alfabetização dos homens, das práticas e ritos religiosos, dos ritmos de trabalho, descanso ou festa nos desenham a oposição, os contrastes ou as complementariedades entre o campo e a cidade, nas suas estruturas vivenciais e mentais.

Dizer isto é fazer uma profissão de história total, o que defendemos, de fato, na análise englobante de qualquer tema, neste caso da história rural, como na relação de todos os temas com os demais, já que o homem só se conhece, no seu todo, na complexidade e multidimensionalidade de ser social e humano.

Chamamos, por isso, a vossa particular atenção para o *Repertório bibliográfico da historiografia portuguesa de 1974 a 1994* que se acaba de publicar, onde se recolhem 651 autores em mais de 12.000 títulos. Aí encontrarão, consultando o índice de assuntos, as obras e artigos publicados, nestas últimas duas décadas, sobre agricultura e pesca. Mas igualmente interessa percorrer a produção indexada em classes e grupos sociais; patrimônio e níveis de riqueza; movimentos e conflitos sociais; patrimônio e rendas da Igreja; doutrinas e sensibilidades religiosas; formas de sociabilidade rural e urbana; atitudes perante a família, casamento e sexualidade; atitudes perante a morte; religiosidade popular ou vida quotidiana, para cabalmente se dimensionar o que tem sido produzido sobre o mundo e a vida rural.

Era agora tempo de vos ouvir. Para conhecer o alcance da produção historiográfica brasileira sobre esta temática e estabelecermos confrontos. O repto fica lançado.

E para depois pensarmos o futuro destes estudos, que, de uma forma apriorística, retomando a idéia inicial do comprometimento do historiador com o seu tempo, me parecem mais chamativos no Brasil que em Portugal. No Brasil continua em debate o candente problema da reforma agrária. Com ele se prendem aspectos como políticas agrárias governamentais, problemas de propriedade privada ou coletiva, aproveitamento ou abandono de terras, programas de cultivos ou de criação de gado e de reestruturação de tecnologias. É um presente perpassado de ruralidade a desafiar os estudos desta problemática no passado. É um capítulo do futuro da economia brasileira a exigir o enraizamento da sua identidade no hoje e, mais longe, no ontem.

Em Portugal, país periférico, “jangada de pedra” quase a desprender-se da Europa, a problemática é toda uma outra, sob o impacto das diretrizes da política comunitária. Esta manda libertar gente do setor primário para o investir no secundário e terciário. Requer que a pequena agricultura, que nos caracteriza, se modernize. Exige que certas culturas desapareçam, como algumas espécies de vinhas, que se diminua a

produção de certos produtos hortícolas e frutícolas, que se melhore a qualidade de outros. Mas Portugal agüenta mal a competitividade de uma produção em larga escala e mecanizada como a de certos países europeus mediterrânicos, ou mesmo a do norte da África. A agricultura regride e o desemprego aumenta, até porque a indústria e os serviços não se desenvolvem em ritmo de absorção. Menos ainda progride o turismo que poderia revivificar certas aldeias, como museus vivos do passado, ou dinamizar uma política interna de lazer, que igualmente reanimaria a vida no campo, como espaço de descanso e ocupação dos tempos livres. E assim Portugal pode estar a cumprir políticas comunitárias, destruindo parte da sua identidade, quando em alguns países europeus se pensa já em retornar ao que nós ainda temos.

As palavras de Boaventura de Sousa Santos, num dos trabalhos que integram a sua recente obra, *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade* (Porto, Afrontamento, 1994), parecem-nos, a este título, clarividentes. Passaremos a citar (p. 60-1):

A pequena agricultura familiar portuguesa não se modernizou como a europeia (mecanização, quimificação, gestão, comercialização), pelo que é freqüentemente considerada como pré-moderna, subsistindo através de complexas articulações com a agricultura e a indústria modernas. Mas esta codificação como pré-moderna é ela própria instável e aberta a outras codificações. A sobreprodução, a dedicação exclusiva e a degradação do meio ambiente que caracterizam a agricultura moderna têm vindo ultimamente a ser questionadas, e a tal ponto que já se fala de uma crise final deste modelo de agricultura. Com a crise da agricultura moderna, o déficit de modernidade da agricultura familiar portuguesa tende a atenuar-se. Aliás, a vingar a posição dos ecologistas, é bem possível que este modelo agrícola seja transcodificado e, de pré-moderno, passe a ser pós-moderno pelas combinações práticas e simbólicas que proporciona entre o económico e o social, entre o produtivo e o ecológico, entre ritmos mecânicos e ritmos cíclicos. Curiosamente está na nossa condição semiperiférica (que inclui políticos e governos semiperiféricos) destruir este modelo por exigência mal gerida da integração na UE no preciso momento em que ele ganha credibilidade entre grupos emergentes cada vez mais numerosos, mas por enquanto sem poder para influenciar decisivamente a política europeia. Um dia teremos pateticamente de inventar,

sempre com atraso, o que já tivemos quando éramos “atrasados”. Tal como acontece hoje com o fomento da língua portuguesa nos países por onde andou o império e/ou a emigração.

Interpelante análise sem dúvida. Mas por ora o que vemos entre nós é essa destruição da agricultura tradicional, na ânsia do dito progresso e competitividade. Os valores da cidade e do urbano são omnipresentes. O campo na sua fauna, flora e costumes já só quase é conhecido em museus, jardins zoológicos, recolhas visuais ou sonoras. O mundo rural mitifica-se. E nesta transfiguração poderá residir, justamente, um novo *élan* para os estudos de história rural.

Assim, um professor francês, Gabriel Audisio, decidiu-se a escrever a obra *Des paysans XVe-XIXe siècle*, publicada em 1993 (Paris, Armand Colin), para dar precisamente a conhecer aos jovens urbanos dos finais do século e inícios do século XXI, esse mundo outro da terra, sincronicamente ritmado pelo movimento das estações e pela luz diurna, em que a tirania da natureza era quase total, em que as fortunas assentavam na terra, a especulação era fundiária e a cultura agrária. E, ao abrir, a obra refere uma visita de estudo realizada com alunos seus a um museu de província, onde, perante as alfaias de certas profissões, surgiram as perguntas que patenteavam um desconhecimento total de profissões como as de carpinteiro de carros ou mesmo de sapateiro. Igualmente nos dá conta de uma sondagem ecológica realizada pelo *hebdomadário Marie-Claire*, em que no total de 10 perguntas banais, como, a título de exemplo, de onde vêm as azeitonas, ou a carne que se come é de boi ou de vaca, só 15% dos franceses responderam corretamente a 5 perguntas.

O mundo do campo e dos camponeses tornou-se em definitivo, passado. A história rural é então mais difícil de ensinar, exigindo os mais pequenos esclarecimentos sobre objetos, funções e comportamentos que a nós, ainda um pouco conhecedores desse tempo, se nos afiguram como dados adquiridos. Mas exatamente na medida em que esse mundo se afasta dos homens de hoje, tornando-o desconhecido, sobre ele cairá o véu do mistério e do fascínio. E por essa via a atração da sua descoberta.

Corroborar-se-ão, assim, as palavras de Joseph Goy, ao terminar o balanço do tema história rural para a *Nova História*: “no cruzamento

da ecologia, do passadismo e do regionalismo, [a história rural] permanecerá como um dos melhores veículos do mito das nossas origens”.

Abstract

This conference presents a survey of the rural portuguese history principally in the three decades following the *Revolução de Abril* (1970, 1980 e 1990). The author resumes all the historiographic production since the end of the nineteenth century till the decades of 1950 and 1960. In those years the influence of the French School was the turning point to the renewal of the subsequent agrarian studies in Portugal. In the final section the author points out to the rural changes due to the European Union and the exigences of the contemporaneous economy.

Key-words: Agrarian historiography; Portugal.

Notas

- 1 J. Le Goff. (org.). *A nova História*. Lisboa: Setenta, 1978, p. 34.
- 2 Para um enquadramento global e maiores precisões bibliográficas remetemos para a nossa síntese historiográfica. *A História Medieval portuguesa – caminhos percorridos e a percorrer*. In: *Medias Aetas. Boletim do Núcleo de História Medieval: Universidade dos Açores*, Lisboa: Ponta Delgada, 1990, v. 1, p. 1-17 e, ainda, “Historiografia na Idade Média”. In: *Portugal Moderno. Artes e Letras*. Lisboa: Pomo, 1992, p. 192-5.
- 3 Destaque para os trabalhos de António Sérgio: *Breve interpretação da História de Portugal*. Lisboa, 1972 (editada uma primeira versão em espanhol em 1929); *Introdução geográfico-sociológica à História de Portugal*, s. e., Lisboa, 1973 (1. ed. em 1929) e de Cortesão, Jaime. Os fatores democráticos na formação de Portugal. In: *Obras completas*. Lisboa, 1964 (1. ed. em 1930), t. 1.
- 4 Leia-se a este propósito o balanço de Miriam Halpern, Pereira, *Breves reflexões acerca da historiografia portuguesa no século XX. Ler História*. Lisboa: Teorema, 1991, n. 21, p. 5-15. Aliás todo este volume da revista *Ler História*, intitulado *A Historiografia Portuguesa Hoje*, se dedica a sínteses sobre a historiografia contemporânea.

- 5 A exemplo, as obras de José Leite de Vasconcelos. *Etnografia portuguesa. Tentame de sistematização*. 9 vols., Lisboa, 1933-1980; Manuel Rodrigues Lapa. *Cantigas d'escarnio e de mal dizer dos cancioneiros medievais galego-portugueses*, 2. ed. Lisboa, 1970 (1. ed. em 1965); Luís Filipe Lindley Cintra, *A linguagem dos foros de Castelo Rodrigo. Seu confronto com os foros de Alfaiates, Castelo Bom, Castelo Melhor, Cória, Cáceres e Usagre. Contribuição para o estudo do leonês e do galego-português no século XIII*, reed., Lisboa, 1984 (1. ed. em 1959) e *Crônica Geral de Espanha de 1344*, reed., 3 v., Lisboa, 1983 (1. ed. de 1951-61); Ribeiro, Orlando, *Portugal, O Mediterrâneo e o Atlântico. Esboço de relações geográficas*, 4. ed. Lisboa, 1986 (1. ed. de 1945).
- 6 Como amostra saliente-se o estudo de Dias Jorge, *Os arados portugueses e suas prováveis origens*, Coimbra, 1948 e o de Fernando Galhano, *Enxadas e sachos*. In: *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto, v. 14, 1953-1954.
- 7 Virgínia Rau, *A exploração e o comércio do sal de Setúbal. Estudos de História Económica*. v. 1. Lisboa, 1982 (1. ed. em 1943); *Sesmarias medievais portuguesas*, 2. ed., Lisboa, 1982 (1. ed. em 1946).
- 8 Torquato de Sousa Soares. Les bourgs dans le nord-est de la Péninsule Ibérique. Contribution à l'étude des origines des institutions urbaines en Espagne et au Portugal. *Bulletin des Études Portugaises*. Lisboa, v. 9, n. 2, 1943, p. 5-15. Avelino de Jesus Costa. *O bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga*, 2 v. Coimbra, 1959.
- 9 Leia-se a este propósito a entrada de Joseph Goy, Rurale (Histoire). In: Le Goff, J.; Chartier, R.; Revel J. (dir.). *La nouvelle histoire*, 1978. As diversas obras francesas a que nos reportaremos aí se encontram devidamente identificadas.
- 10 Uma síntese da historiografia portuguesa sobre a ruralidade se pode ver em Armando Luís de Carvalho Homem. Amélia Aguiar Andrade, Luís Carlos Amaral. Por onde vem o medievismo em Portugal? sep. da *Revista de História Económica e Social*, Lisboa, n. 22, 1988, sobretudo as páginas 122-7.
- 11 Albert Silbert. *Le Portugal Méditerranéen à la fin de l'Ancien Régime, XVIIIe-début du XIXe siècle. Contribution à l'histoire agraire comparée*, 2. ed. Lisboa: INIC, 1978. 3 v.

- 12 Publicada depois em Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1982.
- 13 Trad. port., Lisboa: Editorial Estampa, 1983.
- 14 Publicada em 2. edição em Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1989. 2 v.
- 15 Publicada sob o título *O património do mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*. Lisboa: Universidade Nova, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1989.
- 16 Publicada depois em Lisboa: Editorial Estampa, 1988.
- 17 Publicada em Coimbra: Centro de História da Universidade, 1977 e depois em 2. edição, Arouca: Câmara Municipal, 1988.
- 18 Publicada em Lisboa: Edições Cosmos, 1994.
- 19 Publicada em Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990.
- 20 Publicado pelo Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, em 1990.
- 21 José Mattoso, Amélia Aguiar Andrade, Luís Krus. “Paços de Ferreira na Idade Média: uma sociedade e uma economia agrária”, sep. de *Paços de Ferreira: Estudos Monográficos*. Paços de Ferreira: Câmara Municipal, 1986.
- 22 José Mattoso, Luís Krus, Amélia Aguiar Andrade. *O Castelo da Feira. A Terra de Santa Maria nos séculos XI a XII*. Lisboa: Estampa, 1980, e *A terra de Santa Maria no século XIII: problemas e documentos*. Feira: Comissão de Vigilância do Castelo de Santa Maria, 1993.
- 23 Maria João Violante Branco Marques. *Esgueira: a vida de uma aldeia do século XV*. Tese de mestrado defendida em 1990 e depois publicada em Redondo, Patrimonia, 1994.
- 24 Rita Costa Gomes. *A Guarda Medieval: posição, morfologia e sociedade (1200-1500)*. Lisboa: Sá da Costa, 1987; Amélia Aguiar Andrade. *Um espaço urbano medieval: Ponte de Lima*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990; Maria da Conceição Falcão Ferreira. *Uma rua de elite na Guimarães medieval: 1376-1520*, Guimarães: Câmara Municipal, 1989; Manuela Santos Silva, *Óbidos medieval: estruturas urbanas e administração concelhia*. Lisboa, 1987 (policopiada); Sérgio Carvalho. *A vila de Sintra nos séculos XIV e XV*, Lisboa, 1988 (policopiada); Maria João Violante Branco Mar-

- ques da Silva. *Aveiro Medieval*, Aveiro: Câmara Municipal, 1991; Hermínia Vasconcelos Vilar. *Abrantes medieval: 1300-1500*, Abrantes: Câmara Municipal, 1988; Manuel Sílvio Alves Conde. *Tomar medieval: o espaço e os homens, séculos XIV-XV*, Cascais, 1996; Paulo Drumond Braga. *Setúbal medieval*, Lisboa, 1991 (policopiada); Hermenegildo Fernandes. *Organização do espaço e sistema social no Alentejo medievo: o caso de Beja*, Lisboa, 1991 (policopiada); João Pedro Ferro. *Alenquer medieval (séculos XII-XV). Subsídios para o seu estudo*. Cascais: Patrimonia, 1996; *História do Porto*. Luís de Oliveira Ramos (dir.). Porto, 1994; Maria Ângela Beirante. *Santarém Medieval*, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1980; *Santarém Quinhentista*. Lisboa, 1981. Será ainda frutuoso consultar a obra *Atlas de Cidades Medievais Portuguesas*, org. por A. H. de Oliveira Marques, Iria Gonçalves e Amélia Aguiar Andrade, Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1990.
- 25 Publicada, em Lisboa, pela Fundação Calouste Gulbenkian e pela Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica em 1995.
- 26 Publicada, em Lisboa, pela Fundação Calouste Gulbekian e Instituto Nacional de Investigação Científica, em 1995.
- 27 Cláudia Maria Novais Toriz da Silva. *O mosteiro e a colegiada de Guimarães (ca 950-1250)*. Porto, 1991 (tese de mestrado policopiada), 2 v. Maria do Rosário da Costa Bastos. *Santa Maria de Oliveira: um domínio monástico do Entre-Douro e Minho em finais de Idade Média*. Porto, 1993 (tese de mestrado policopiada); Sérgio Lira. *O mosteiro de S. Simão da Junqueira. Dos primórdios a 1300*. Porto: 1993 (tese de mestrado policopiada), 2 v. Arnaldo Rui Azevedo de Sousa Melo. *O couto de Santo Tirso (1432-1516): espaço e economia*. Porto, 1995 (tese de mestrado policopiada), 2 v. Maria do Rosário Barbosa Mojurão. *Um mosteiro cisterciense feminino: Santa Maria de Celas (século XIII A XV)*. Porto, 1991 (tese de mestrado policopiada); Rui Cunha Martins. *Património, parentesco e poder. O mosteiro de Semide do século XII ao XV*. Lisboa: Escher, 1992; Maria Filomena Pimentel de Carvalho Andrade. *O mosteiro de Chelas: uma comunidade feminina na Baixa Idade Média. Património e gestão*. Cascais: Patrimônio, 1996.

- 28 Fernanda Paula Sousa Maia, *O mosteiro de Bustelo: propriedade e produção agrícola no Antigo Regime (1638-1617 e 1710-1821)*. Porto, 1990, editado no Porto, pela Universidade Portucalense em 1991; Salvador Magalhães Mota. *O mosteiro de Santa Maria de Bouro: Propriedade e rendas (1655-1775)*. Porto, 1989 (policopiada); Isilda Braga da Costa. *O mosteiro de Pedroso – 1560-1698: património, gestão e administração jesuítas*. Porto, 1990, publicada no Porto, pela Universidade Portucalense, em 1993, sob o título *A administração jesuíta do mosteiro de Pedroso de 1560 aos finais do século XVII*; Inês Amorim. *Mosteiro de Grijó, senhorio e propriedade de 1560-1720. Formação, estrutura e exploração do seu domínio*. Porto, 1986, editada em Oliveira de Azeméis, 1994. A referência aos trabalhos sobre os demais mosteiros colhemo-la da introdução de Aurélio de Oliveira à publicação da primeira tese citada. Estes mesmos autores têm produzido outros artigos sobre a temática rural como se pode consultar na obra *Repertório bibliográfico da historiografia portuguesa. 1974-1994*. Coimbra: Faculdade de Letras, Instituto Camões, 1995.
- 29 Isilda Braga da Costa. “Os rendeiros do mosteiro de Pedroso, 1604-1721: tipo social”, *Revista de Ciências Históricas*, Porto, 6, 1991; Enfiteutas e subenfiteutas do mosteiro de Pedroso em 1575: uma abordagem. In: *Congresso señorío y feudalismo en la Península Ibérica (siglos XII-XIX)*. Actas. Zaragoza, 1989.
- 30 E mesmo certos trabalhos de história religiosa não deixam nunca de abordar a questão do património das instituições, como por exemplo a tese de doutoramento de José Marques, sobre *A arquidiocese de Braga no século XV*, apresentada em 1981 e publicada em Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988, que nos dá preciosos informes de povoamento e cultivo da terra.
- 31 Assim, para além da já citada tese de Rosa Marreiros, refira-se à tese de doutoramento de João Silva de Sousa. *A casa senhorial do infante D. Henrique*. Lisboa: Livros Horizonte, 1991 e a dissertação de mestrado de Mafalda Soares da Cunha. *Linhagem, parentesco e poder: a Casa de Bragança (1348-1483)*, Lisboa: Fundação da Casa de Bragança. O volume II da tese de doutoramento de Leontina Ventura. *A nobreza de corte de Afonso III*, Coimbra: Faculdade de Letras, 1992 (policopiada) fornece-nos minuciosos da-

- dos sobre o papel dominial e jurisdicional de muitas famílias nobres. Bem importante é ainda um estudo de Cristina Rodrigues e outros sobre O Entre Cávado e Minho, cenário de expansão senhorial no século XIII. *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*. Lisboa, 1978. n. 2, 4ª série. E sobre um possidente não nobre, veja-se o estudo de Maria de Lurdes Rosa. *O bens e a gestão de riqueza de um proprietário laico do século XIV: Afonso Pero Mealha*. Redondo: Patrimonia, 1995.
- 32 Assim os trabalhos de Ana Maria Cardoso de Matos, Conceição Andrade Martins, Maria de Lurdes Betencourt. Um empresário agrícola oitocentista. *Revista de História Económica e Social*. Lisboa: 1982, n. 10. *Senhores da terra, diário de um agricultor alentejano: 1832-1889*. Lisboa: INCM, 1982; Conceição Andrade Martins. “Opções económicas e influências políticas de uma família burguesa oitocentista: o caso de São Romão e José Maria dos Santos.” *Análise Social*. Lisboa: 1992. n. 27, 4ª série, p. 116-7.
- 33 Tais como os estudos de Maria Mauela Rocha, *Níveis de fortuna estruturas patrimoniais no Alentejo: Monsaraz, 1800-50*. *Análise Social*. Lisboa: 1991, n. 26, 4ª série, p. 112-3. *Propriedade e níveis de riqueza: formas de estruturação social em Monsaraz na primeira metade do século XIX*. Lisboa: Edições Cosmos, 1994; e de Helder Adegar Fonseca. *Um empresário e uma empresa agrícola na 1ª metade do século XIX*. José Joaquim Teixeira, e a quinta do César no Carregado. Évora, 1984 (policopiada), 2 v., *Sociedade e elites alentejanas no século XIX*. *Economia e Sociologia*. Évora, 1988, p. 45-6. *Economia e atitudes económicas no Alentejo oitocentista*. Évora: 1992 (tese de doutoramento policopiada), 2 v.
- 34 Sem pretender apresentar uma qualquer lista exaustiva, refiram-se, entre os múltiplos artigos de Humberto Baquero Moreno, sobre esta problemática, às compilações. *Tensões sociais em Portugal na Idade Média*. Porto: Liv. Athena, 1975. *Marginalidade e conflitos sociais em Portugal nos séculos XIV e XV*. *Estudos de História*. Lisboa: Editorial Estampa, 1985. *Exilados, marginais e contestários na sociedade portuguesa medieval*. *Estudos de História*. Lisboa: Editorial Estampa, 1985. *Exilados, marginais e contestatários na sociedade portuguesa medieval*. *Estudos de História*. Lisboa: Editorial Presença, 1990; Maria José Ferro

Tavares. A revolta dos mesteirais de 1383. In: 3.^{as} *Jornadas Arqueológicas*. Lisboa, 1978. Revoltas contra os judeus no Portugal medieval. Para um estudo da mentalidade. *Revista de História das Idéias*. v. 6. Coimbra: 1984, Conflitos sociais em Portugal no século XIV. In: *Jornadas de História Medieval. Actas*. Lisboa: História e Crítica, 1985; Maria Helena da Cruz Coelho. Contestado e resistência dos que vivem da terra. sep. *Revista de História Económica e Social*. Lisboa, 1986, v. 18. Relações de Domínio no Portugal Concelhio de meados de Quatrocentos. sep. de *Revista Portuguesa de História*. Coimbra: 1990, v. 25. José Mattoso. Revueltas y revoluciones en la Edad Media Portuguesa. In: *Revueltas y revoluciones en la Historia*. Salamanca: Universidad, 1990; Armando Luís de Carvalho Homem. Notícia de um levantamento popular nas vésperas do Interregno. sep. de *Bracara Augusta*. Braga, 1978. n. 32, p. 73-4. Maria da Conceição Falcão Ferreira. Uma contenda entre o cabido de Santo Estêvão de Valença e os lavradores de Afife e Vila Meã: 1509. sep. *Revista de Ciências Históricas*. Porto, 1989, n. 4. Dispensamo-nos aqui de citar muitos outros importantes estudos, sobretudo a inúmera bibliografia que ao período agitado de 1383-1385 se reporta.

- 35 António de Oliveira. *Contestação fiscal em 1629: as reações de Lamego e Porto*. sep. 6. Coimbra, 1984; O levantamento popular de Arcozelo em 1635. sep. *Revista Portuguesa de História*. Coimbra, 1977, v. 17. Levantamentos populares no arcebispo de Braga em 1635-1637. sep. *Bracara Augusta*. Braga, 1980, v. 34, p. 78-91. Levantamentos populares no Algarve em 1637-1638: a repressão. sep. *Revista Portuguesa de História*. Coimbra, 1983, v. 20. Levantamentos populares no distrito de Portalegre em 1637-1638. sep. *A Cidade*. Portalegre, 1989, v. 3. Aurélio de Oliveira. *Contribuição para o estudo das revoltas e motins populares em Portugal: as sublevações de Viana do Castelo em 1636*. Porto, 1979 (policopiado); Luís Ferrand de Almeida. Motins Populares no tempo de D. João V: breves notas e alguns documentos. sep. *Revista Portuguesa de História*. Coimbra, 1984, v. 6. Os motins de Abrantes e Viseu: 1708 e 1710. sep. *Revista Portuguesa de História*. Coimbra: 1985. v. 22.

- 36 Publicada em Lisboa, em 1994, pelas publicações Europa – América, em dois volumes, o primeiro abrangendo o período de 1751 a 1807 e o segundo abarcando o de 1808 a 1825.
- 37 Entre outros, citem-se os estudos de António de Oliveira, Para a história do significado botânico do milho zaborro. sep. *Arquivo Coimbrão*. Coimbra, 1968, v. 23 e de Luís Ferrand de Almeida. A propósito do milho ‘marroco’ em Portugal nos séculos XVI-XVII. sep. *Revista Portuguesa de História*. Coimbra, 1992, v. 27 a que se seguiu uma Adenda e Corrigenda. Coimbra, 1993. v. 28.
- 38 Entre muitos, citem-se os trabalhos de Aurélio de Oliveira. *Vinhos de Cima Douro na 1ª metade do século XVII*. Vila Nova de Gaia, 1984; Níveis de produção vinícola no Entre Douro e Minho. 1629-1822. sep. *1.ª Jornadas de Estudo Norte de Portugal/Aquitânia. Actas*. Porto, 1986; Douro, país vinhateiro, da produção ao comércio: algumas considerações. *Revista de História*. Porto, 1993, v. 12; Gaspar Martins Pereira. O vinho do Porto, o Alto Douro e a Companhia na época pombalina (1756-1777), segundo Bernardo José de Sousa Guerra. *Estudos Transmontanos*. Vila Real, 1984. v. 2; Aspectos sociais da vitivinicultura duriense nos fins do século XVIII. In: *1.ª Jornadas de Estudos Norte de Portugal/Aquitânia. Actas*. Porto, 1986; A produção de um espaço regional: o Alto Douro no tempo da filoxera. *Revista da Faculdade de Letras, História*. Porto, 1989. v. 6, 2ª série. *O Douro e o vinho do Porto: de Pombal a João Franco*. Lisboa: Afrontamento, 1991.
- 39 Existe mesmo uma revista intitulada *Douro. Estudos & Documentos* que conta já com 2 volumes de 1996.
- 40 Assim a obra de Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano e Benjamim Pereira: *Tecnologia tradicional portuguesa. O linho*, Lisboa, 1978.
- 41 *Dimes et mouvement de la production agricole: Nord-Quest portugais, 1626-1821*. Paris: Ed. École de Hautes Études en Sciences Sociales, 1978.
- 42 “Preços do azeite em Lisboa (1626-1733): tentativa de compreensão analítico-sintética”. *Revista de História Económica e Social*. Lisboa, 1979. v. 4.
- 43 João Nunes de Oliveira. *A produção agrícola de Veseu entre 1550 e 1700*. Viseu: Câmara Municipal, 1990; Luís Grosso Correia. *O*

- Alentejo a Oriente d'Odiana (1600-1640): política, sociedade, economia e cultura*. Lisboa, 1990 (dissertação de mestrado policopiada), 2 v. e do mesmo autor "Subsídios para a história da agricultura nos finais do século XVII no concelho de Mourão". In: *1.ª Jornadas de História Moderna. Actas*. Lisboa, 1989. v. 1.
- Santos, Configurações espaciais agrárias no Baixo Alentejo. Mértola, segunda metade do Século XVIII. *Revista de História Económica e Social*. Lisboa, 1987. v. 20; *O socorro aos lavradores de Mértola em 1792*. Mértola: Câmara Municipal, 1987.
- 44 Bernardo Vasconcelos e Sousa, Nuno Gonçalo Monteiro. "Senhorio e feudalismo em Portugal, sécs. XII-XIX: reflexões sobre um debate historiográfico". In: *Congreso Señorío y Feudalismo en la Península Ibérica (siglos XII-XIX). Actas*. Zaragoza, 1993. v. 1.
- 45 António Martins da Silva. *Desamortização e venda dos bens nacionais em Portugal na primeira metade do século XIX*. Coimbra, 1989 (tese de doutoramento policopiada); Manuel Vilaverde Cabral. Eduardo de Freitas, João Ferreira de Almeida. *Modalidades de penetração do capitalismo na agricultura: estruturas em Portugal continental. 1950-1970*. Lisboa: Editorial Presença, 1976; Manuel Vilaverde Cabral. "Estado e campesinato: políticas agrícolas e estratégias camponesas em Portugal depois da 2ª Guerra Mundial". In: *Social classes: social change and economic development in the Mediterranean*. Athens, 1986. v. 2; do mesmo, "L'évolution du monde rural portugais ao XXe siècle. L'état de la question". In: *Transformazioni delle società rurali nei paesi dell'Europe occidentale e mediterranea*. Nápoles, 1986.
- 46 Publicado em *Do Antigo Regime ao Liberalismo: 1750-1850*. Lisboa: Vega, 1989.